
Cobertura midiática dos incidentes com tubarões em Pernambuco: uma análise da produção noticiosa a partir da visão dos jornalistas¹

José Antônio de Lira NETO²
Sarah Chamié Cavalcanti Freire SOUZA³
Mariana GUENTHER⁴
Cristina Teixeira Vieira de MELO⁵

Universidade Federal de Pernambuco, PE
Universidade de Pernambuco, PE

RESUMO

Desde o primeiro incidente com tubarões nas praias da Região Metropolitana do Recife (RMR), em 1992, a imprensa local tem sido constante na sua atuação e, de maneira contínua, mantém esses eventos dentro do debate público. No entanto, ao longo dessas três décadas, as formas de se comunicar e obter informações mudaram consideravelmente, um fato que impactou diretamente a imprensa e o modo como ela exerce seu papel social. Esta pesquisa pretende, através das entrevistas com jornalistas que atuam (ou atuaram) nas coberturas sobre os incidentes com tubarões nessa região, entender como os profissionais da imprensa pensam e agem a esse respeito dos incidentes, contextualizando as mudanças do jornalismo ao longo dos últimos 30 anos e discutindo como a tecnologia vem alterando a própria maneira de se produzir notícias.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; Notícia; Incidentes; Tubarões; Pernambuco

Introdução

Desde a década de 1990, Pernambuco ganhou notoriedade pelos incidentes com tubarões no seu litoral, sobretudo nas praias da Região Metropolitana do Recife (RMR), no trecho que compreende desde a praia Del Chifre, em Olinda, até a praia do Paiva, no Cabo de Santo Agostinho (Pernambuco, 1999). Nos 30 anos subsequentes, a imprensa tem desempenhado um papel central na apuração e circulação das informações a respeito dos casos ao estabelecer contato com testemunhas e autoridades científicas e governamentais, que na maioria das vezes estão ligados ao Comitê Estadual de Monitoramento de Incidentes com Tubarões (CEMIT), e entregar essas informações ao público (Frاندazolo, 2012).

¹ Trabalho submetido na Divisão Temática de Jornalismo da Intercom Júnior – XX Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Estudante de graduação 7º. semestre do Curso de Jornalismo do CAC-UFPE, e-mail: joseantonio.neto@ufpe.br

³ Estudante de graduação 7º. semestre do Curso de Jornalismo do CAC-UFPE, e-mail: sarah.chamie@ufpe.br

⁴ Orientadora do trabalho. Professora Associada da Universidade de Pernambuco, e-mail: mariana.guenther@upe.br

⁵ Orientadora do trabalho. Professora titular da Universidade Federal de Pernambuco, e-mail: cristina.melo@ufpe.br

Neste período a imprensa passou por mudanças consideráveis que transformaram não apenas a prática da produção de notícias (cargos nas redações, infraestrutura, funções dos jornalistas) como também questões mais subjetivas da atividade jornalística (percepções do valor-notícia, maior participação do público no processo de produção, efemeridade das informações) (Vasconcelos, 2017).

Em um estudo recente, onde foi avaliada a cobertura noticiosa dos incidentes ocorridos na Região Metropolitana do Recife nos últimos 10 anos foi verificado que as reportagens ainda usam termos que estigmatizam o tubarão, responsabilizando-o pelos incidentes. (Alves; Guenther. 2023). O objetivo dessa pesquisa, ainda em andamento, é analisar a percepção dos jornalistas que atuaram na cobertura dos incidentes com tubarões em Pernambuco sobre essa produção noticiosa.

Este artigo foi desenvolvido a partir de uma abordagem metodológica qualitativa, como apresentado na seção da “Metodologia”, seguida de uma análise aprofundada das respostas dos entrevistados e um levantamento das primeiras categorizações na seção “Resultados”; já os resultados e possíveis observações encontrados até o momento estão dispostos nas “Considerações finais”. As respostas, que estão inseridas no texto como citações diretas, estão sem a identificação dos entrevistados por razões éticas, com a função de reservar o anonimato aos entrevistados.

Metodologia

A metodologia utilizada para esse estudo foi de análise qualitativa dos dados de entrevistas⁶, articulando o conteúdo das entrevistas com a literatura científica relacionada aos temas levantados nos discursos dos entrevistados (Alves, Silva. 1992). Até o momento foram entrevistados oito jornalistas que atuam ou atuaram em veículos de imprensa local e cobriram os incidentes, sendo dois profissionais da televisão, três profissionais de jornal impresso e três de jornais digitais de diferentes estágios de suas carreiras: alguns já atuavam na época dos primeiros incidentes enquanto outros passaram a atuar apenas mais recentemente.

As entrevistas, realizadas entre março e maio de 2024, foram baseadas em um roteiro pré-estabelecido e realizadas através de ligação por voz ou vídeo e quando não foi

⁶ Essa pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade de Pernambuco (CEP-HUOC/PROCAPE) credenciado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), conforme os termos da Resolução 466/2012 e Resolução 510/2106, do Conselho Nacional de Saúde. Parecer CAAE: 69220723.7.0000.5192

possível através de áudios, via aplicativo de mensagem. Apenas um entrevistado respondeu de forma escrita. Optamos por privilegiar as entrevistas faladas uma vez que tais registros ampliam as nuances de interpretação e sentido nas respostas.

O conteúdo das entrevistas foi transcrito e analisado segundo a proposta de análise qualitativa de Alves e Silva (1992), analisando as respostas da entrevista de forma integral. Ainda que o foco principal seja na análise das dificuldades relatadas pelos jornalistas, também foram feitas perguntas sobre outros aspectos da produção das notícias para que haja uma maior compreensão do que os desafios significam no quadro mais amplo das coberturas de incidentes com tubarões.

Resultados

Em relação à estrutura prática das coberturas, as perguntas 4 (Quais são as principais fontes de informação utilizadas pelos jornalistas para cobrir notícias relacionadas a tubarões no Recife?) e 6 (Como é a cobertura de um incidente com tubarão? Existe algum roteiro base sobre quem deve ser entrevistado, com que autoridades falar, como abordar as testemunhas?), todos os entrevistados afirmaram ter o Corpo de Bombeiros como primeira fonte contactada quando do registro de um incidente. Esse contato com os bombeiros fornece o material “primário” da notícia com as informações básicas. Depois dos bombeiros, os funcionários do Hospital da Restauração (HR), que é o local de atendimento para quem se feriu durante as interações com os animais. As informações sobre o estado de saúde do banhista e as circunstâncias mais básicas do incidente são entendidas como material “bruto” do acontecimento, segundo os entrevistados.

Depois que as informações básicas já foram preenchidas, é normal que os jornalistas publiquem uma notícia apenas com o factual - o termo que se usa para designar matérias que não se aprofundam no acontecimento. A prioridade é dada às notícias mais superficiais por conta do senso de urgência que vem da premissa de que o ciberjornalismo tem que ser “instantâneo” na sua cobertura (Quadros, Costa. 2014).

Depois que o factual é dito, os entrevistados afirmam ter a oportunidade de se aprofundar no assunto e, então, trazer fontes mais específicas para apresentar possíveis razões para os incidentes, como maré, fase da lua, ou a espécie de tubarão e suas características específicas como comportamento agressivo e instinto. As fontes científicas variam, mas a maioria está ligada ao CEMIT, que também tem participado das coberturas

fornecendo dados sobre os incidentes anteriores e boletins de alerta a respeito dos níveis de perigo caso o banhista entre na água.

“A gente já recebe um boletim, hoje em dia, depois desses ataques, o pessoal está bem mais ativo no CEMIT, então eles já mandam, tipo feriado, tem muita gente das praias, já mandam, ‘pessoal, essas horas aqui vão ser mais seguras, essas horas vão ser menos seguras’”

Outro ponto levantado por alguns dos entrevistados é a presença do público na própria produção das notícias, uma atuação potencializada pelos *smartphones* e a facilidade de se produzir registros de imagem da situação quase em tempo real. A facilidade de se captar imagens de alguém após o incidente e propagar o conteúdo através de meios de comunicação digital é que notifica os jornalistas do fato, função que antes ficava a cargo do corpo de bombeiros, como relatou um dos entrevistados:

“Hoje existe uma coisa que na época não existia, que é o repórter que está no meio do mundo, que são as pessoas, né? Então, em pouquíssimo tempo, chegam nas relações os vídeos de pessoas que estão no local do incidente e que mandam para as relações [...] então, tem um repórter, um posto avançado de repórter, que antes não tinha. Então, hoje, muitas vezes, essas pessoas estão lá antes dos bombeiros chegarem. Antes, a gente ficava sabendo pelo telefone porque alguém que viu ligava ou porque os bombeiros reportavam.”

Outra questão abordada na entrevista foi a forma de contato dos jornalistas com as pessoas que tiveram interações traumáticas com os tubarões e os familiares destas pessoas, nas perguntas 10 (Quais condutas você segue ao cobrir eventos envolvendo incidentes de tubarão para garantir uma abordagem sensível?) e 11 (De que maneira você considera o impacto emocional e psicológico na vítima, nos seus familiares e na comunidade ao relatar incidentes de ataques de tubarão?). O contato com as pessoas que foram mordidas e sobreviveram ao incidente com algum tipo de seqüela não é algo esperado da cobertura, justamente porque só acontece caso o próprio indivíduo ou os familiares concordem em conceder a entrevista. Todos os jornalistas entrevistados afirmaram que entendem que o momento requer uma sensibilidade maior em relação à abordagem jornalística e afirmam que, caso o entrevistado não esteja em condições de falar sobre o assunto, eles não dão continuidade à entrevista.

A consciência ética dos jornalistas parte de sua própria subjetividade, mas a maioria esclarece que não há nenhum tipo de indicação de conduta na linha editorial de seu veículo que regule uma abordagem, (pergunta 8: A linha editorial de seu jornal busca evitar sensacionalismo/alarmismos na cobertura de incidentes com tubarão?), que pode cair no sensacionalismo ou na espetacularização do incidente. Quando perguntados se lembram de matérias sensacionalistas (pergunta 9: Você se recorda de matérias alarmistas

publicadas no seu ou em outros veículos de comunicação? Como elas eram construídas?) publicadas em veículos locais, as respostas são variadas. A maioria dos entrevistados diz não se recordar, principalmente em matérias escritas, mas uma resposta específica apontou que em matérias para televisão existe um fator de maior complexidade pela questão da imagem, e que alguns canais pecam pelo uso da imagem dos entrevistados abalados psicologicamente.

Outros entrevistados dizem não se recordar de uma matéria específica, mas afirmam que houve matérias sensacionalistas porque é um assunto que rende audiência e visualizações nos portais *online*, e ainda afirmam que as notícias de acontecimentos atípicos e que envolvem mortes geralmente estão atreladas à maior audiência, que surge um fascínio do público em casos que envolvam situações extremas. Para um desses entrevistados, o que poderia ser considerado sensacionalista na época em que atuou como repórter (década de 1990 e início dos anos 2000) eram os veículos que usavam fotos gráficas relacionadas aos incidentes:

“O que se podia chamar de sensacionalista na época, que eu posso lhe dizer, era você mostrar imagem da pessoa mutilada, da pessoa atacada [...] na época a Folha do Pernambuco, não de agora. Mas é uma Folha de Pernambuco que teve um período, que o pessoal dizia assim ‘se espremer o jornal, sai sangue’.”

Entre os repórteres do telejornalismo, as respostas também foram distintas. Um dos entrevistados afirmou que não faz uso de imagens que contenham sangue ou banhistas mutilados em suas matérias e que essa é uma conduta expressa pelo veículo. O outro entrevistado afirma que o sensacionalismo nos veículos televisivos está ligado ao teor factual das coberturas, e que há uma predominância desse estilo de jornalismo, mesmo sendo reconhecido como superficial, devido sua relação com altos índices de audiência.

“Eu sei que existe uma crítica aos programas mais voltados para o factual, porque são programas que se estendem em um determinado assunto [...] Isso pode ser confundido com sensacionalismo, porque a gente repete informação, porque a gente fica naquele assunto por um determinado tempo.”

Esse prolongamento da notícia e a repetição são duas características fortes do sensacionalismo como define Góes (2014), e ganham mais força quando compreendemos que o sensacionalismo se desenvolve em assuntos que tenham uma natureza de grande impacto emocional nos espectadores, como é o caso dos incidentes com tubarões no litoral da RMR, que já se instalou no inconsciente coletivo dos habitantes da região. Esse direcionamento na construção da notícia é uma decisão que está fora das mãos do repórter e fica a cargo dos diretores do programa:

“Então não é uma decisão que cabe ao repórter, e sim a direção do programa. Então eles analisam. As pessoas não estão mudando, as pessoas não estão desligando a televisão porque querem ver essa informação. Enfim, é uma questão que é a direção e a análise, é só questão de dados, é uma questão de números. Talvez as pessoas, quem é mais crítico, talvez não gostem desse tipo de cobertura e acham um pouco sensacionalista”

A busca por audiência não está restrita ao telejornalismo, visto que é um aspecto fundamental na própria concepção do jornalismo digital, que se desenvolveu sob uma noção de valor-notícia baseada naquilo que pode gerar mais cliques e visualizações, isto é, notícias são produzidas de acordo com aquilo que vai gerar mais audiência, como foi constatado por Fotio (2020), e se mostrou presente nas coberturas jornalísticas locais sobre incidentes com tubarões: “Tinha sempre esses dois tipos de profissionais. Aqueles que queriam dar primeiro, porque era o que gerava mais [audiência] [...] Às vezes até botava a chamada no ar, para depois escrever o texto”, relatou um dos entrevistados.

A produção sob demanda, isto é, notícias produzidas para receber audiência, também está ligada à uma impossibilidade do aprofundamento dos assuntos relacionados aos tubarões, já que, quando são feitas - na maioria das vezes por iniciativa do jornalista -, não tem um número de acessos considerados satisfatórios: “Eu tento sempre colocar essas matérias, que dão zero audiência, sinceramente, porque o pessoal só quer saber quando tem o ataque de fato.”, comentou um dos entrevistados.

Quando indagados se percebem algum tipo de carência informacional nas notícias locais em relação aos incidentes com tubarões, todos os entrevistados responderam que sim, e apresentaram justificativas diferentes para essa carência: o enxugamento das redações, o senso de urgência, a ausência de informações científicas e a falta de colaboração por parte do governo, através do CEMIT, como trazido por um dos jornalistas do veículo impresso:

“Acredito que, em geral, faltam especialistas que aceitem falar sobre o assunto no Estado. Há uma dificuldade porque, além de poucos, eles geralmente são ligados ao governo estadual e acabam proibidos de conceder entrevistas ou evitam se aprofundar no assunto. Até as reuniões do CEMIT são sempre cercadas de mistério.”

Quando perguntados especificamente sobre os desafios de se cobrir os incidentes com tubarões (pergunta 20: Quais são os principais desafios enfrentados pelos jornalistas ao cobrir incidentes envolvendo tubarões na região?), as respostas apontaram geralmente para a carência informacional. Mas além dessa pergunta específica, observamos que os relatos das dificuldades apareceram em outros momentos da entrevista.

O enxugamento das redações e o senso de urgência, fatores trazidos por vários entrevistados, estão diretamente ligados sendo sintomas de um mesmo problema: a precarização do jornalismo dentro do processo de transformação digital. Os primeiros movimentos do jornalismo digital aconteceram ainda nos anos 1980, com a introdução do computador e seguem até os dias atuais - cada vez mais agudos - pelo desenvolvimento dos *smartphones* e, agora, a inteligência artificial (Camargo, 2022). Nesse processo, é notório o desaparecimento de funções específicas dentro das redações jornalísticas que são acumuladas, sobretudo, pelos repórteres, como trazido por um dos entrevistados atuantes em veículo impresso:

“Nessa época, para você ter ideia, era uma época que tinha chefe de reportagem, tinha pauteiro, aí depois deixou de ter a figura de chefe de reportagem, isso nesse processo de [jornalistas de] rua, né? Porque dentro tinha copydesk, editor, sou da época que tinha revisor e copydesk. Aí depois deixou de ter copydesk, passou só a ter revisor, depois deixou de ter revisor e ficou só o editor, acumulando as funções.”

No caso do Recife, por exemplo, é importante citar que o desligamento de um dos entrevistados, que cobria o caderno editorial de Ciência e Meio Ambiente, também foi a razão para que o seu setor fosse desativado, e as pautas sobre incidentes com tubarões ficaram no caderno de Cidades, comandado por outro dos entrevistados desta pesquisa. Esse caso demonstra como o jornalismo especializado desaparece em um contexto de preferência ao quantitativo. Além de cobrir todas as questões urbanas – que já são múltiplas – realocar um assunto que está ligado às questões ecológicas e naturais para uma área que aborda questões como crise urbana e violência pode produzir sentidos equivocados em relação aos incidentes e a maneira de lidar com eles.

O enxugamento das redações atraiu as empresas jornalísticas por permitir um corte de custos no processo de produção de notícias, principalmente na possibilidade de reduzir funcionários, afinal, por essa lógica, o jornalista pode usar novas tecnologias para se comunicar com fontes, coletar informações e checá-las em bancos de dados e ainda alterá-las após a publicação, tudo isso sem sair de sua mesa (Lopes; Bonasim. 2019).

A multiplicidade de ferramentas e meios de comunicação possibilitou o contato mais rápido com a informação e colocou sob o jornalista outras funções com a prerrogativa de que facilitaria seu trabalho e, assim, ele teria mais tempo para produzir mais notícias, o que geraria mais audiência ao seu veículo. Assim, criou-se um jornalismo mais voltado para o volume de notícias publicadas, e o tempo, antes dedicado à apuração

e refinamento da informação, agora serve para que sejam produzidas mais notícias (Quadros, Costa. 2020), como apontado por uma das entrevistadas.

“Tempo, que é a dificuldade para tudo, assim, para qualquer outra matéria, qualquer outro assunto. Tempo, falta de gente, é tipo, a gente não consegue, tem que dar conta de várias, várias coisas ao mesmo tempo, e você acaba não conseguindo fazer a cobertura, o que você queria, o que você deveria fazer, né?”

Outra questão importante de se pontuar aqui são as observações dos jornalistas a respeito da baixa audiência das matérias mais aprofundadas. O déficit de atenção dos leitores em relação ao conteúdo disponibilizado, obviamente, não é culpa dos jornalistas, que enxergam nesses raros momentos a possibilidade de produzir informações de qualidade. Essa rapidez com que se consome as notícias está ligada a um problema da contemporaneidade e nossa relação – enquanto sociedade – com a informação em abundância. O estímulo de estar sendo constantemente bombardeado por informações exige cada vez mais dos conteúdos ofertados um constante apelo de atenção do leitor, uma vez que esse interesse também se gasta rapidamente (Bauman, 2010).

O segundo obstáculo que mais aparece nas entrevistas é a falta de informações científicas. De acordo com os entrevistados a quantidade de estudos sobre os animais, seus comportamentos e a causa da chegada dos tubarões à costa é escassa e pouco clara, por isso a dificuldade de produzir matérias que se aprofundem no assunto.

Em relação ao contato e procura por dados científicos (pergunta 19: Há uma preocupação em destacar iniciativas de pesquisas relacionadas a tubarões na região?), as respostas apontam que é comum os veículos de imprensa irem até as universidades e aos pesquisadores procurando por novos estudos, mas foi unânime entre os jornalistas ainda atuantes a impressão de que a quantidade de pesquisas sobre o assunto diminuiu com o passar do tempo desde os primeiros incidentes ainda nos anos 1990.

A teoria de que os tubarões se aproximaram das praias da RMR após a destruição dos manguezais durante a construção do Complexo Portuário de SUAPE existe como o principal fator para o aumento dos incidentes (pergunta 18: Pesquisas feitas por universidades daqui de PE corroboram com a ideia de que o Porto de Suape e suas atividades são o motivo principal da vinda dos tubarões para as praias da RMR. Isso é do conhecimento dos jornalistas?) e quando perguntados a respeito da teoria, todos os entrevistados afirmaram ter conhecimento dela e que seus veículos também estão cientes. No entanto, as respostas se dividem em relação ao respaldo da teoria e os estudos que a

compõem, uns enxergam credibilidade no estudo. Obviamente que a falta de uma comprovação científica impede que os jornalistas apontem a construção do complexo portuário de Suape uma relação clara de causa e efeito. Dar a teoria como verdade seria ir de encontro ao próprio critério jornalístico:

“Nunca mais houve uma nova discussão sobre se essa tese estava certa ou errada - essa tese ou esse estudo - estava certo ou errado. Então a coisa ficou “meio que ali” e ficou difícil cravar que o motivo é esse, né? Eu particularmente [...] não me lembro de ter escutado isso categoricamente, entendeu? Ficou como uma hipótese. Uma hipótese plausível, mas uma hipótese. Mas se houvesse uma confirmação, não tenho dúvida de que se voltaria a esse assunto.”

Um dos jornalistas de veículo impresso, ex-setorista de Ciência e Meio Ambiente, durante sua atuação, teve um contato mais próximo com a comunidade científica e aponta que a teoria da destruição dos manguezais para a construção do Porto de SUAPE é plausível, e argumenta que, ainda que tenha críticas a algumas das hipóteses levantadas, não se pode anular a viabilidade da teoria como um todo

A terceira razão apontada como dificuldade na cobertura jornalística é a inacessibilidade do CEMIT enquanto fonte de informações a respeito dos incidentes. “A gente pouco sabe o que eles estão fazendo. É um comitê, é permanente. Mas a gente pouco sabe o que eles fazem. A não ser que a gente provoque muito.”, relatou um dos entrevistados.

Segundo um dos entrevistados, o CEMIT também dificulta a entrevista com os cientistas ligados ao governo estadual, entidade que coordena o comitê. Um dos repórteres de TV também aponta a ausência de informação como principal obstáculo nas coberturas, e menciona que a demora das autoridades em fornecer informações finais dificulta a produção de notícias, já que o foco das notícias factuais é que elas sejam fornecidas no menor tempo possível.

“A gente sabe do que aconteceu e é inegável. Quando a gente vai para o local, a gente apura com quem está no local. Mas a demora e a falta de informação oficial prejudicam muito a cobertura e dificulta ainda mais a cobertura. Como eu disse, hoje a gente vive num imediatismo. As pessoas ficam sabendo e as pessoas querem detalhes na mesma hora que ficaram sabendo.”

Considerações finais

A partir das entrevistas e das observações feitas pelos jornalistas, podemos entender que existem problemas de ordens diferentes na cobertura jornalística: uma primeira questão relacionada ao próprio modo que o jornalismo funciona hoje e, em segundo plano, um possível distanciamento entre imprensa e autoridades.

A crise do jornalismo atual se manifesta, principalmente, na forma de um déficit qualitativo nas notícias produzidas, uma questão que está ligada à produção massiva de notícias em detrimento da informação contextualizada e aprofundada. Esse problema não é específico da mídia pernambucana, mas global, afetando diversos meios midiáticos, mas, principalmente o impresso e o jornalismo online (Lopes, Bonisem. 2019). A premissa de um jornalismo instantâneo, que produza a notícia simultaneamente ao seu acontecimento, é quase impossível de ser executada, visto que uma apuração criteriosa demanda tempo. Apostar em um jornalismo que preze pela velocidade é, na mesma medida, lidar com informações superficiais, escassas e entregues ao público de forma pulverizada.

“Nesse sentido, o trabalho jornalístico, além de ser feito às pressas, também é executado de forma mecânica, onde as tecnologias da comunicação tornaram-se extensões do profissional de jornalismo e o tempo para refletir sobre o que será noticiado foi substituído pela possibilidade de atualizar as informações.” (Quadros; Costa, 2014, p. 107)

Dentro dessa cadeia produtiva, é preciso pontuar, também, que os jornalistas, embora possam mostrar descontentamento, não tem a autoridade dentro de seus veículos – tampouco o tempo – de fazer contrapontos aos diretores ou donos das empresas jornalísticas. É improvável esperar que os jornalistas levantem publicamente suas ressalvas com os veículos empregadores em um contexto de demissão em massa constante (Spagnuolo, 2015).

É necessário, portanto, repensar a própria forma como o jornalismo é feito e repensar o sentido das leis de comunicação no Brasil, avaliar qual é a posição que o jornalista ocupa nesse panorama em que o fluxo de informações é frenético. Será o jornalista um catalisador desse sistema que dá muitas notícias e poucas informações? Ou seria um mediador, que trabalha na seleção daquilo que deve ser apresentado aos consumidores?

A partir das conversas com os jornalistas, percebemos que a crise da comunicação já uma realidade dentro da imprensa local e que a cobertura em relação aos incidentes se mantém ativa pela atuação dos jornalistas, mas convive com deficiências provocadas pela precarização e reduções nas equipes jornalísticas. Em relação ao contato incerto entre imprensa e autoridades – considerando que essa é uma pesquisa ainda em andamento -, é preciso investigar mais a fundo quais são as falhas nesse canal comunicativo, e porque há uma queixa relacionada a um certo distanciamento da imprensa, fator que compromete a veiculação da informação completa dentro do debate social.

Referências

ALVES, Gaby Carvalho; GUENTHER, Mariana. A cobertura midiática sobre os incidentes com tubarões em Pernambuco: análise comparativa das reportagens sobre as ocorrências na Região Metropolitana do Recife e no Arquipélago de Fernando de Noronha. In: 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo: INTERCOM, 2023.

ALVES, Zélia Mana Mendes Biasoli; SILVA, Maria Helena G. F. Dias da. Análise Qualitativa de Dados de Entrevista: Uma Proposta. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 2, 1992.

BAUMAN, Zygmunt. “**Vivemos em tempos líquidos. Nada é para durar**”. Entrevista concedida a Adriana Prado. ISTOÉ, online, 24. set. 2010. Disponível em: [https://istoe.com.br/102755_VIVEMOS+TEMPOS+LIQUIDOS+NADA+E+PARA+DURAR+/. Acesso em: 08 jun. 2024](https://istoe.com.br/102755_VIVEMOS+TEMPOS+LIQUIDOS+NADA+E+PARA+DURAR+/)

CAMARGO, José Augusto. A precarização do trabalho do jornalista e a digitalização. **Outraspalavras**, [S. l.], p. 0 - 0, 27 jan. 2022. Disponível em: <https://outraspalavras.net/trabalhoeprecariado/a-precariacao-do-trabalho-do-jornalista-e-a-digitalizacao/>. Acesso em: 8 jun. 2024.

FOTIO, R. **Audiência enquanto critério de noticiabilidade: proposta para o ensino do ciberjornalismo**. In: 19º Encontro Nacional de Professores de Jornalismo. GP Comunicação científica. São Paulo: ENPJ, 2020. p. 1-12.

FRANDALOZO, Juliana Alves dos Santos. A IMPORTÂNCIA DO JORNALISMO DE QUALIDADE NA REDUÇÃO DE RISCOS E DESASTRES. **Razón Y Palabra**, Quito, ed. 79, p. 0-0, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1995/199524411012.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2024.

GÓES, José Cristian. **Jornalismo e sensacionalismo: enquadramento, criminalização da pobreza e implicações éticas no Jornal Cinform**. 2014. Dissertação (Pós-graduação em Comunicação) - Universidade Federal de Sergipe, [S. l.], 2014.

LOPES, Daniele Vieira; BONISEM, Fabiano Mazzini. CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, XXIV., 2019, Vitória. O Jornalismo na Era Digital: Impactos Percebidos por Repórteres e Editores [...]. [S. l.: s. n.], 2019.

PERNAMBUCO. Decreto nº 21.402, de 6 de maio de 1999. Estabelece a interdição, para prática de surf, body boarding e atividades náuticas similares, de áreas da orla marítima do Estado que indica; disciplina sua fiscalização e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, [S. l.], 7 maio 1999.

QUADROS, Claudia Irene de; COSTA, Flavio Ernani da. Uma proposta para refletir sobre o tempo no ciberjornalismo. **Esferas**, [s. l.], 12 nov. 2014. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/5314>. Acesso em: 2 jun. 2024.

SPAGNUOLO, Sérgio. A conta dos passaralhos: Um panorama sobre as demissões de jornalistas brasileiros desde 2012. **Volt Data Lab**, [S. l.], 12 jun. 2015. Disponível em: <https://medium.com/volt-data-lab/a-conta-dos-passaralhos-953e7e254d4a>. Acesso em: 20 jun. 2024

VASCONCELOS, Eduardo Leite. Do impresso ao Snapchat: a efemeridade enquanto característica essencial do jornalismo. **Revista Comunicação, Cultura e Sociedade**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 89–102, 2017. DOI: [10.30681/rccs.v1i1.2204](https://doi.org/10.30681/rccs.v1i1.2204). Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ccs/article/view/2204>. Acesso em: 22 jun. 2024.